



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI/SR/PF/MS

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2114226/2017-NTI/SR/PF/MS

Processo nº 08335.002857/2017-41

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de material permanente e de consumo para atender a necessária revitalização do sistema de segurança da Superintendência de Polícia Federal no Mato Grosso do Sul-SR/PF/MS, conforme especificações, quantidades e condições deste Termo de Referência:

Item	Especificação	Emb.	Qtde	Valor Médio Unitário	Valor Médio Total
01	Discos <ul style="list-style-type: none">• HD's para vigilância de capacidade de 8 TB, do tipo SATA 3 para uso intensivo 24X7.• Velocidade de 6Gb/s	Unid.	12	R\$ 2.330,45	R\$ 27.965,40
02	Storage NAS <ul style="list-style-type: none">• Armazenamento com capacidade mínima de 12 baías para HDs de 3.5";• Processador mínimo Dual-core de 2 GHz;• Mínimo de 2 GB de memória RAM – DDR3;• Sistema para montagem em rack de tamanho de 1, 2, 3 ou 4 U;• Serviço iSCSI embutido;• Mínimo de 4 portas LAN Gigabit RJ-45 Ethernet;• Opções de RAID 0, 1, 5, 6, 10;• Fonte Redundante de energia bivolt automático;• Deverá acompanhar trilhos para fixação do storage em rack de 19".	Unid.	01	R\$ 40.975,53	R\$ 40.975,53
Total Estimado:					R\$ 68.940,93

1.2. Para definição dos valores de referência foi realizada pesquisa de preços com fornecedores, cujos documentos se encontram apensados no processo, ficando definido que o valor máximo admitido será aquele apresentado na tabela anterior.

1.3. A licitação, na modalidade Pregão, será adjudicada pelo critério do menor preço, observando o menor valor global estimado para aquisição dos equipamentos, conforme estimativa apresentada no item 1.1 deste Termo de Referência.

1.4. Considerando as hipóteses de afastamento da exclusividade do processo licitatório destinado à participação de microempresas e empresas de pequeno porte previstas no artigo 10 do Decreto 8.538 de 2015, especificamente com base no inciso II, a Administração opta por não deixar como exclusiva a participação na licitação, de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que tal restrição poderá

acarretar prejuízos, haja vista a característica dos equipamentos que se pretende adquirir, e, caso não realizada, poderá prejudicar o adequado desempenho das atribuições institucionais desta Regional.

1.5. A garantia será de 3 (três) anos contados a partir da data da Nota Fiscal de equipamentos e produtos entregues na Superintendência de Polícia Federal no Mato Grosso do Sul-SR/PF/MS e deverá:

1.5.1. Contemplar a troca de peças e componentes defeituosos por peças novas;

1.5.2. Ser oferecida para todos os produtos integrantes deste Termo e será considerada como já inclusa e integrante dos preços ofertados para cada item da proposta, não podendo ser estipulada separadamente;

1.6. A garantia compreenderá a série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos e acessórios em seu perfeito estado de uso, compreendendo, inclusive, substituições de peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas para os equipamentos, não incluindo o fornecimento de material de consumo;

1.7. A assistência prestada será livre de ônus para o Contratante, ressalvadas tão-somente as despesas decorrentes de reposição de materiais danificados por uso inadequado ou por desgaste compatível com a vida útil do produto;

1.8. Caso o fornecedor contratado não seja o fabricante do produto fornecido, mas apenas distribuidor, fornecedor ou representante do mesmo, este deverá apresentar Declaração do Fabricante, específica para esse processo licitatório, assegurando o fornecimento e a garantia dos equipamentos em questão.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Superintendência de Polícia Federal no Mato Grosso do Sul, devido às características intrínsecas das suas atribuições, necessita manter atualizados e em efetivo funcionamento sistemas de segurança e controle de acesso às suas dependências, para adequado desempenho de suas atribuições institucionais, preservando a segurança de pessoas que trabalham e transitam em suas unidades, bem como auxiliando no controle de materiais e equipamentos do Órgão.

2.2. Considerando esta necessidade a SR/PF/MS adquiriu câmeras para revitalização do Circuito Fechado de Televisão (CFTV), o qual compõe o sistema de segurança e controle existente, restando necessária e urgente a aquisição de equipamento para armazenamento e recuperação das imagens monitoradas pelas novas câmeras, o qual comporá o sistema de armazenamento de imagens das câmeras de segurança para o depósito de drogas, setor de inteligência-CICOR/DRE e da SR/PF/MS.

2.3. Cabe o registro que a contratação faz parte do planejamento de aquisições do Órgão, tendo sido realizada tentativa de aquisição em novembro/2015, por meio de adesão à ata de registro de preço referente ao pregão eletrônico nº 356/2014, UASG gerenciadora "154039 - Fundação Universidade do Amazonas/AM", nº IRP 62/2014, nº item 2, item "150121 - Servidor Arquivo", a qual restou frustrada naquela época por falta de disponibilidade de crédito orçamentário para aquisição.

2.4. A aquisição de pelo menos um conjunto de equipamento para armazenamento de dados de backup, composto de uma unidade de Storage NAS e doze unidades de Discos para NAS, é necessária ao funcionamento do sistema de segurança e controle, a fim de proporcionar mecanismo de controle suficiente para permitir o atendimento de demandas internas e externas de maneira eficiente e eficaz.

2.5. A SR/PF/MS deverá adquirir 100% dos itens licitados desde o primeiro momento, pois existe a necessidade de atender à demanda de manter as imagens de gravação de 42 câmeras de resolução FullHD por 30 dias, que ocupariam 81,6 TB. O cálculo do espaço necessário para essa quantidade de tempo foi obtido pelo site "<http://www.stardot.com/bandwidth-and-storage-calculator>". O Storage deve ter a capacidade de 12 discos de 8TB, que totalizariam 96 TB de espaço bruto, mas com a adoção de um sistema seguro de armazenamento, RAID-5, mais a utilização de 1 disco como Hot-Spare (que assume o lugar de outro em caso de falha), o espaço útil será de 80 TB, o mais próximo possível da necessidade;

2.6. Diante do exposto, respeitadas as exigências legais, considera-se justificada a contratação.

3. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1. Os materiais a serem adquiridos são de natureza comum, nos termos do artigo 1º da lei nº 10.520/02, estando seus padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, por meio de especificações usuais do mercado, apresentadas no presente Termo de Referência, devendo, portanto, ser adotada a licitação na modalidade de pregão, sendo o processo de aquisição regido ainda pelo Decreto nº 5.450/2005, Decreto nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/2006, Portaria nº 20 de 14/06/2016-MP/STI e demais dispositivos legais atinentes à área de licitações.

4. **SUSTENTABILIDADE**

4.1. A sustentabilidade se tornou palavra-chave em todas as atividades humanas, não somente no setor privado como também no setor público.

4.2. Em relação ao setor público, o desenvolvimento econômico sustentável se reveste de grande importância, constituindo um dos princípios basilares nas aquisições e contratações públicas.

4.3. A escolha desse tipo de servidor de armazenamento, NAS, com a funcionalidade do iSCSI prioriza a inserção desse novo equipamento em ambiente virtualizado já adotado pela SR/PF/MS, atendendo o disposto no subitem 2.8.2 dos Requisitos de Sustentabilidade do Documento de Boas práticas, Orientações e Vedações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que tem força de normativa legal, estando vinculado à Portaria MP/STI nº 20, de 14 de junho de 2016, que substitui a Portaria SLTI/MP nº 86, de 24 de setembro de 2014. Essa norma está em conformidade com a orientação do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

4.4. Para os equipamentos da presente aquisição, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

5. **ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

5.1. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento da nota de empenho, dentro do horário de expediente, ou seja, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, em condições de uso imediato no seguinte endereço:

Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul.
Núcleo Administrativo-NAD/SELOG/SR/PF/MS
Endereço: Rua Fernando Luiz Fernandes, nº 322 – Vila Sobrinho.
Campo Grande (MS) – CEP 79110-901

5.2. A Contratada deverá informar ao NAD/SELOG/SR/PF/MS, com 01 (um) dia útil de antecedência, a data em que realizará a entrega dos equipamentos.

5.3. A entrega dos equipamentos deverá ser efetuada no endereço informado no item 5.1, cabendo à Contratada fornecer todo o material e mão-de-obra necessários para tanto.

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as

especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Conforme estipulado no § 8º do Art. 15 da Lei nº 8.666/1993, o recebimento dos equipamentos será realizado por comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, que será designada pela contratante.

5.6. A referida comissão deverá ser composta por servidores do Núcleo de Tecnologia da Informação e do Núcleo Administrativo desta Regional.

5.7. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.8. O material poderá ser submetido ao Setor Técnico Científico - SETEC desta Regional para perícia e comprovação de que os mesmos atendem as exigências editalícias.

5.9. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.10. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. O

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

6.4. Acompanhar e atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação.

6.5. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

6.6. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

6.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no de até 05 (cinco) dias úteis, o objeto com avarias ou defeitos;

7.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.7. verificar junto às empresas fornecedoras/fabricantes dos materiais especificados, a disponibilidade e prazos de entrega dos mesmos, não podendo alegar posteriormente problemas de fornecimento e/ou impossibilidade de aquisição como motivos que justifiquem atrasos no fornecimento;

7.8. responder satisfatoriamente qualquer questionamento do representante da SR/PF/MS, inerentes ao objeto da contratação;

7.9. Caso não seja cadastrado no SICAF, deverá apresentar-se para cadastramento em órgão cadastrador no prazo máximo de 03 dias úteis após o encerramento do certame, sem ônus para o proponente, munido da documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não poderá a contratada subcontratar nenhum dos itens a serem licitados.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. **CONTROLE DA EXECUÇÃO**

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

11.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. fraudar na execução do contrato;

11.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. cometer fraude fiscal;

11.1.6. não manter a proposta.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

11.2.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.4. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

11.2.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. RESCISÃO

12.1. O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666, de 1993, observadas as formas previstas no artigo 79 do referido diploma legal.

Campo Grande/MS, 31 de março de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **PERICLES VELOSO RODRIGUES, Chefe de Núcleo**, em 31/03/2017, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAIO RODRIGO PELLIM, Ordenador de Despesa, Substituto(a)**, em 31/03/2017, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2114226** e o código CRC **4205B614**.